

ANO 1 - Nº 08- SETEMBRO 2019



Boletim de Monitoramento das Políticas Públicas

BALANÇO DE OITO MESES DE GOVERNO BOLSONARO



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

O candidato a presidente em 2018, Jair Bolsonaro, fez uma campanha eleitoral fundamentada em propostas neoliberais na economia e nas políticas sociais, bem como em valores conservadores e intolerantes quanto aos costumes e aos direitos dos setores mais vulneráveis da sociedade. Quando seus eleitores eram confrontados com estas afirmações e as ameaças que ele fazia à comunidade LGBTQI+, afrodescendentes, indígenas, sindicatos e partidos de esquerda, elas eram desdenhadas como meras retóricas de campanha. Porém, se ele teve algum mérito na campanha foi não mentir sobre suas intenções, conforme demonstraram os oito meses de (des) governo apresentados a seguir.

Sua base de apoio na eleição foi composta por banqueiros, empresários dos setores de comércio, indústria e, principalmente, do agronegócio; pela comunidade de segurança – militares, policiais civis e militares e segurança privada –, religiosos conservadores, particularmente segmentos neopentecostais evangélicos de direita, por apoiadores do “lavajatismo”; os eleitores antiPT; e a franja da população saudosa da ditadura militar.

Esse perfil foi reproduzido na composição das várias instâncias do governo, com algumas concessões a partidos políticos que o apoiam como o DEM, PSDB MDB e outros de menor representação. O governo foi rateado entre ministros militares nas áreas de defesa e gestão política, neoliberais nas áreas econômicas e sociais e “olavistas” em algumas áreas sociais como educação, direitos humanos, meio ambiente, bem como na política externa. O presidente busca se afirmar como “comandante em chefe” desta estrutura, com vários anúncios de que é ele quem decide e promovendo algumas frituras e demissões de ministros e de ocupantes de escalões inferiores.

Assim, conforme será exposto nesta avaliação, o Brasil (sobre)vive sob um regime neoliberal na economia, composto por austeridade nas despesas públicas, privatizações, cortes profundos nas políticas sociais e uma abertura econômica para os interesses estrangeiros como nunca vista antes. Há visível retomada radical das políticas neoliberais dos anos 1980-1990 que até economistas neoclássicos começam a reconhecer serem incapazes de reverter as consequências da crise econômica mundial iniciada em 2008, além de elas ameaçarem a conjuntura internacional com novo período recessivo.

Na política externa, as iniciativas principais foram o alinhamento profundo ao atual governo dos Estados Unidos e suas políticas, prioridade às relações com outros governos de direita e engajamento a uma agenda reacionária nas relações internacionais

no tocante aos direitos humanos, meio ambiente e direitos, em particular das mulheres, indígenas, afrodescendentes e comunidade LGBTQI+, temas que estão levando a alianças nos fóruns internacionais com governos autocráticos de vários continentes. Este último comportamento reflete-se internamente na proposição de retrocessos na legislação brasileira existente, além de alterações na atual Constituição.

Apesar da base que o elegeu e que compõe o governo, não há uma ordem totalmente unida em torno do conjunto das visões de extrema direita e fascistas emanadas do presidente e do núcleo duro que o cerca. Há crises no interior do Planalto e da Esplanada, além de uma relação conflituosa com o Legislativo que deram o tom político até agora. Há muito consenso desde setores do centro, centro direita e direita quanto à agenda neoliberal – como as mudanças na Previdência Social, direitos econômicos e privatizações, porém menos quando se trata dos costumes e outros temas. Por outro lado, Bolsonaro foi eleito afirmando que não negociaria com partidos políticos e parlamentares em troca de apoio no Congresso, o que chamou de “velha política”, e que combateria a corrupção. Para atender simbolicamente a este item nomeou o juiz Sergio Moro como ministro da Justiça e Segurança Pública, por sua vez recentemente denunciado por falcatruas nos processos da Lava Jato, particularmente contra o ex-presidente Lula. No entanto, Bolsonaro tem aceitado algumas nomeações para o governo a partir de indicações políticas e adotou um caminho mais fácil para agradar parlamentares por meio da ampliação de recursos para suas emendas. Porém, a ausência de uma maioria firme no Congresso obriga o governo a negociar cada item por meio do “toma lá, dá cá” e frequentemente algumas medidas executivas têm desagradado os parlamentares.

Porém, a queda na popularidade de Bolsonaro, a mais baixa dos presidentes do período democrático com menos de um ano de mandato, devido ao mau desempenho da economia, às altas taxas de desemprego e informalidade, ao envolvimento de seu filho Flavio, senador, com milicianos e esquemas criminosos no Rio de Janeiro, às queimadas na Amazônia e à sua retórica agressiva contra críticos e opositores, o tem levado a radicalizar para consolidar o apoio do núcleo duro de seus apoiadores, como os setores mais predatórios do agronegócio, os evangélicos neopentecostais, os saudosos da ditadura e a população mais conservadora. Também tem ficado mais evidente a priorização de medidas governamentais para favorecer os familiares de Bolsonaro, como um de seus filhos que, na prática, coordena a comunicação do governo a partir do “gabinete da raiva”, de onde sai a retórica agressiva do presidente, as tentativas de aliviar as investigações policiais contra o filho que é senador e a

indicação de outro a embaixador nos Estados Unidos, sem falar do cancelamento de uma multa aplicada pelo Ibama ao próprio Bolsonaro, quando era deputado, por pesca ilegal, e na demissão do funcionário que a aplicou.

Abaixo, apresentamos uma sistematização do desmonte do Brasil levado a cabo pelo governo Bolsonaro. Uma síntese das narrativas que traduzem a visão de mundo bolsonarista pode ser encontrada no discurso realizado na abertura da Assembleia Geral da ONU de 2019. Ali, Bolsonaro desfilou sua coleção de ideologias e moralismos baseada em interpretações falsas e persecutórias sobre a realidade mundial e brasileira. Em nome de deus, da família e do mercado, apresentou os valores autocráticos e ultraneoliberais que têm servido como esteio para a devastação que será retratada em brevidade a seguir.

SOBERANIA NACIONAL E INSERÇÃO EXTERNA

Os posicionamentos e as relações internacionais desenvolvidas nos primeiros oito meses do governo Bolsonaro apontam para mudanças radicais e inéditas da política externa brasileira, a começar pela nomeação como ministro de um diplomata oriundo do terceiro escalão do Itamaraty, Ernesto Araújo, defensor de posições no mínimo exóticas sobre o sistema internacional.

As prioridades da política externa foram, em primeiro lugar, fortalecer as relações com os Estados Unidos e em menor grau com Israel e outros governos de extrema direita como os da Hungria, Itália e Polônia. A primeira questão ficou evidente com as quatro visitas do ministro Ernesto Araújo aos Estados Unidos, uma em média a cada dois meses, além das duas visitas do presidente Jair Bolsonaro, a nomeação de um general brasileiro para participar do Comando Sul dos Estados Unidos. Reforçando a prioridade ao alinhamento com aquele país figuram também o apoio à política externa estadunidense – inclusive à construção do muro na fronteira com o México, anunciado pelo deputado Eduardo Bolsonaro, presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara de Deputados –, a adesão à Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) com status de relações privilegiadas, a cessão da Base de Alcântara, o fim dos vistos para os cidadãos estadunidenses, negociação para atuação de construtoras estadunidenses no Brasil, renúncia ao tratamento especial para países em desenvolvimento na Organização Mundial do Comércio e o início de negociações visando a um acordo de livre comércio Brasil-Estados Unidos. Tudo sem reciprocidade concreta da parte estadunidense. Quanto a Israel, este também recebeu a visita oficial do presidente Bolsonaro que, no entanto, recuou da iniciativa de mudar a embaixada brasileira para Jerusalém e somente abriu ali um escritório de relações comerciais.

As relações Sul-Sul saíram da agenda e as com a América Latina focaram quase exclusivamente no combate ao governo de Nicolás Maduro, da Venezuela, em apoio à política dos Estados Unidos, privilegiando as discussões no Grupo de Lima e oficializando a saída da Unasul, além de colaborar com o governo chileno e outros de direita para a criação da Prosur (Fórum para o Progresso da América do Sul). Quanto aos posicionamentos temáticos houve um retrocesso conservador marcante nas políticas ambientais e de direitos humanos.

Na área do comércio exterior, por convicções ideológicas, o governo foi protagonista na aprovação do acordo União Europeia-Mercosul, de resultados negativos para o Brasil, e pretende firmar outros de conteúdo semelhante com o EFTA (países euro-

peus não-membros da UE) e com Canadá, México e Coreia do Sul.

Entretanto, há contrapontos que o governo teve que admitir, como algumas relações que seriam custosas para mudar e que podem ter inibido algumas posições mais radicais, como a participação no grupo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (Brics), as relações comerciais com a China e países árabes e as críticas que o Brasil tem sofrido em organismos internacionais como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em função das reformas trabalhistas, e na reunião do G7, devido às políticas ambientais, bem como as críticas de países europeus e os protestos populares e de personalidades por conta de suas atitudes internas e externas.

No plano interno, em relação à política de segurança pública, o ano até aqui foi marcado pela tentativa do governo de impor suas bandeiras de campanha como o armamento da população e endurecimento penal. As medidas, no entanto, encontraram resistência tanto do Congresso quanto da sociedade civil.

ESTADO, DEMOCRACIA, GESTÃO PÚBLICA, REPARTIÇÃO DE PODERES E SEGURANÇA

O governo Bolsonaro iniciou o ano reestruturando o governo federal e promovendo mudanças significativas nos ministérios e avançou na agenda liberal de desmonte do Estado com desregulamentações e ataques às estruturas de participação social extinguindo uma série de conselhos, comitês, comissões e fóruns. Também reduziu a participação da sociedade civil em colegiados como o Conselho Nacional de Política sobre Drogas, em que representantes passaram a integrar um grupo consultivo, além de interferir na autonomia universitária.

Arroubos autoritários também foram demonstrados por meio de uma portaria do Ministério da Justiça que lhe conferiu a possibilidade de deportar estrangeiros denunciados em seus países de origem, havendo risco de que perseguidos políticos que buscaram refúgio no Brasil sejam prejudicados caso seus perseguidores utilizem de difamação. A portaria foi editada em meio à divulgação de conversas de procuradores da força tarefa da Lava Jato, gerando dúvidas sobre a relação desta portaria com o fato de que o veículo responsável por divulgar as conversas de Moro com os procuradores foi fundado e é liderado no Brasil pelo jornalista Glenn Greenwald, que é estrangeiro.

Os objetivos do governo parecem claros. Alterar a estrutura do Estado brasileiro para centralizar o poder na Presidência e nos ministérios, implementar a agenda neoliberal, supostamente combater a corrupção e reduzir a transparência e o papel da sociedade civil, ação condizente com o discurso vitimista e persecutório do governo de que todas as organizações da sociedade estariam dominadas por um suposto marxismo cultural. O fato é que a democracia se enfraqueceu e segue a falta de compromisso do governo com ela.

Logo no início do mandato, Sergio Moro e Bolsonaro assinaram um decreto que flexibilizava a posse de armas no país, alterando o Estatuto do Desarmamento. A flexibilização traz a perspectiva de mais mortes por armas de fogo (calcula-se que o Estatuto do Desarmamento de 2003 salvou mais de 160 mil vidas), e facilitação para o crime organizado se armar.

Em seguida, Moro enviou o “Projeto Anticrime” ao Congresso com dois pontos mais polêmicos: o primeiro era uma mudança na Lei Penal, introduzindo o chamado *plea bargain*, ou acordo penal, modalidade em que o acusado opta por um acordo de

punição em vez de responder a um processo. A introdução da modalidade teria como consequência imediata o aumento da já imensa população carcerária brasileira, hoje mais de setecentas mil pessoas. O segundo ponto, o “Excludente de Ilícitude para Policiais” ou “carta branca para matar”. Assim, um policial que matar uma pessoa e alegar que agiu sob “escusável medo, surpresa ou violenta emoção” poderia ficar sem nenhuma punição. No ano de 2018 já houve um aumento de 20% na letalidade policial com relação a 2017.

O Projeto de Moro foi criticado, inclusive, pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia. Ele disse que poderia dar preferência ao projeto do atual ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes e ainda montou um grupo de trabalho para avaliação do projeto, que adiou sua tramitação e expôs o material a dois já conhecidos opositores de Moro neste debate, os deputados Paulo Teixeira (PT) e Marcelo Freixo (Psol).

O Ministério da Justiça e Segurança Pública também emitiu um documento com medidas para o próximo período. Sobre segurança pública destacaram-se: 1) aumento da execução orçamentária do Departamento Penitenciário (Depen); 2) reestruturação e reformulação da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad) (não mais com foco em política de prevenção e usuário, mas na apreensão de ativos); 3) fortalecimento da Força Nacional de Segurança Pública e da Força Tarefa de Intervenção Penitenciária; 4) novas contratações e modernização dos órgãos periciais na área de genética forense.

As políticas propostas pelo documento têm como perspectiva o encarceramento e o policiamento ostensivo. Nada de prevenção e participação social. No que concerne à inteligência, o documento é pouco descritivo, sem orçamento para implementação dos sistemas de integração de informação e só apresenta projetos pilotos com pouca abrangência sobre o enfrentamento à criminalidade.

A escolha errática de baixo investimento em investigação e alto em policiamento ostensivo foi evidenciada pelo orçamento da Força Nacional. Esta, composta por policiais cedidos pelos estados, consumiu 62% da verba de 1,7 bilhão de reais do Fundo de Segurança Pública. A área de prevenção recebeu apenas 4,5% dos recursos do Fundo desde a sua criação e a valorização policial, 9%. A principal ação foi manter o funcionamento dessa tropa como resposta emergencial às crises na segurança nos estados em detrimento de outras para fomentar políticas mais robustas e preventivas de combate à criminalidade.

Idas e vindas dos decretos sobre posse e porte de armas foram a tônica depois que Bolsonaro assinou o decreto que flexibilizou o porte de armas de fogo. O texto do decreto, além de liberar a circulação de armas para os atiradores desportistas, conhecidos como CAC's (Caçador, Atirador, Colecionador) também autorizou o porte para várias categorias profissionais como políticos eleitos, de vereadores a presidente da República, caminhoneiros, advogados, jornalistas, agentes públicos e privados da área de segurança (incluindo o sistema socioeducativo) e para conselheiros tutelares, centuplicou a quantidade de munição autorizada de cinquenta cartuchos por ano para cinco mil para armas comuns e mil para armas de uso restrito. O decreto ainda autorizou armas de calibre maior, antes permitido somente para as Forças Armadas, autorizou que crianças e adolescentes pratiquem tiro em clubes com o aval de um responsável e autorizou, ainda, a importação de armas. Registra-se a importação de aproximadamente 37 mil armas, embora a maior parte da produção no Brasil seja da empresa Taurus. Pouco depois, o presidente assinou outro decreto, com alterações em relação ao anterior, que reduziu o alcance do projeto original, entre outros aspectos, o poder de definir as regras para armas em voos, que voltou para a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), pois o texto original deixava isso a critério do Ministério da Justiça e Segurança Pública e abria brecha para que certas categorias pudessem portar armamentos dentro de aviões. Além disso, retirou a permissão de porte de fuzis, carabinas e espingardas ao cidadão comum.

Após pressão do Senado, Bolsonaro revogou os decretos que já havia assinado facilitando a posse e o porte, além de fatar seus pontos polêmicos sobre posse, porte, circulação em área rural, CAC's e quantidade limite de munições. A suspensão dos decretos foi entendida como uma derrota do governo, que buscou outra estratégia para a flexibilização. Parte deles só se viabilizou quando Bolsonaro sancionou uma lei que flexibilizou a posse de armas de fogo em área rural.

No início do segundo semestre, o ministro Sergio Moro lançou um projeto piloto, "Em frente, Brasil", que pretende reduzir taxas de criminalidade em cinco cidades. São Ananindeua (PA), Goiânia (GO), Paulista (PE), São José dos Pinhais (PR) e Cariacica (ES), via articulação de políticas públicas entre ministérios, órgãos estaduais e municipais. Não foi publicado o orçamento reservado para o programa e nem calendário de implementação para o restante do país, o que levanta dúvidas sobre a qualidade dessa política pública.

INFRAESTRUTURA, ECONOMIA, PRODUÇÃO E INOVAÇÃO

O setor de infraestrutura nos primeiros meses do governo Bolsonaro foi marcado, por um lado, pela aceleração das privatizações e das concessões, e, por outro lado, pela descontinuidade de programas e pela redução dos investimentos.

A reforma ministerial e administrativa do início de governo impactou o setor de infraestrutura ao extinguir e fundir diversos ministérios ligados ao setor como Cidades, Comunicação, Integração Nacional e Transportes e consolidou o tripé que desde então conduz as políticas do setor com o Ministério da Infraestrutura, a Secretaria de Desestatização e Desinvestimentos – ligada ao Ministério da Economia – e a Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos, vinculada à Casa Civil. Com o argumento de melhorar a gestão e enxugar o Estado, a atual equipe econômica, contraditoriamente, criou fluxogramas sobrepostos e aumentou o organograma estatal.

Na sequência, a agenda se concentrou na área de aeroportos, com o anúncio que a Infraero deveria se desfazer de seu montante de 49% de participação acionária em cinco aeroportos: Guarulhos (SP), Viracopos (SP), Brasília (DF), Galeão (RJ) e Confins (MG). Também se iniciou a revisão do marco regulatório do saneamento básico, com diretrizes de abertura desse setor para a iniciativa privada e com incentivos para a privatização de companhias públicas estaduais que atuam nessa área.

Em março, as principais ações do governo na área de infraestrutura econômica e social estiveram concentradas no setor de transporte e logística com leilões de concessão de dezesseis ativos da União nos segmentos de portos e ferrovias. O Ministério da Infraestrutura saudou o conjunto de leilões de forma positiva, destacando que o ágio médio dos certames ultrapassou as expectativas do governo. Entretanto, no caso dos aeroportos, o lance inicial de venda proposto pelo governo foi de 219 milhões de reais para o conjunto dos blocos, valor inferior à construção e manutenção de apenas um aeroporto, que pode variar entre trezentos e quinhentos milhões de reais. No caso dos portos foi ainda mais escandaloso, pois o lance inicial de venda foi fixado no valor simbólico de um real por porto. No caso da ferrovia, por sua vez, o lance inicial, também subestimado, foi de 1,3 bilhão de reais. Tratam-se, portanto, de ativos concedidos abaixo de seus valores de mercado.

A agenda do mês de abril incidiu no setor de energia com o anúncio das modelagens para a privatização da Eletrobras e com a aceleração das vendas dos ativos da chamada “joia da coroa das privatizações”, a Petrobras. A petrolífera brasileira já vendeu

mais de 25 bilhões de dólares em ativos de downstream e esse montante corresponde a cerca de 50% de tudo o que foi privatizado nos últimos anos. A Gaspetro foi vendida para a empresa japonesa Mitsui por 593 milhões de dólares. A Nova Transportadora do Sudeste foi vendida para o fundo canadense Brookfield por 5,190 bilhões de dólares, e a Transportadora Associada de Gás foi vendida para a Engie Brasil Energia (EBE) e para o fundo canadense Caisse Dépôt et Placement du Québec (CDPQ) por 8,6 bilhões de dólares. A BR Distribuidora foi vendida para diversos fundos financeiros, dentre eles Opportunity, Atmos e SPX, por 9,6 bilhões de dólares. As petroquímicas Suape e Citepe foram vendidas para o grupo mexicano Petrotemex por 385 milhões de dólares. Os ativos de distribuição no Paraguai foram vendidos para a paraguaia Copetrol por 383,5 milhões de dólares. A refinaria de Pasadena foi vendida para a norte-americana Chevron por 562 milhões de dólares, e a refinaria Nansei Sekiu no Japão foi vendida para a japonesa Taiyo Oil Company por 165 milhões de dólares.

Além disso, a Petrobras conduz processos para vender sua participação integral em quatro refinarias: Abreu e Lima em Pernambuco, Landulpho Alves na Bahia, Presidente Getúlio Vargas no Paraná e Alberto Pasqualini no Rio Grande do Sul. A petrolífera brasileira também está privatizando a Araucária Nitrogenados (PR), a Unidade de Fertilizantes Nitrogenados III (UFN III - MS) e as fábricas de fertilizantes (Fafens) da Bahia e do Sergipe. A Petrobras está de saída dos setores de biocombustíveis, açúcar e álcool com a venda das usinas Guarani e Nova Fronteira, e, por fim, há um acordo firmado com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), responsável pela preservação da concorrência, prevendo a saída dos segmentos de transporte e distribuição de gás natural nos próximos anos. Destaca-se que todas as empresas vendidas são lucrativas e/ou rentáveis e estão sendo negociadas a preços subvalorizados. Os termos das vendas não preveem que as empresas privadas compradoras devam fazer novos e mais investimentos e uma parte dos ativos privatizados são comprados por empresas e setores por onde passaram alguns executivos, diretores e conselheiros das atuais gestões, configurando problemas de “porta giratória”.

Depois foi a vez dos bancos públicos. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) se descapitalizou, efetuando um pagamento antecipado de 30 bilhões de reais referentes à liquidação de contratos firmados entre o banco e a União. A instituição informou ainda que, com o adiantamento, já liquidou, aproximadamente, 340 bilhões de reais em dívidas antecipadas com a União desde dezembro de 2015. Com tal medida, houve uma desaceleração na oferta de créditos para as empresas. Os novos empréstimos, que em termos reais tinham registrado expansão de 18% no terceiro trimestre de 2018, cresceram apenas 9,5% no mesmo período de 2019. A perda

de fôlego se deveu à diminuição dos créditos do BNDES, a retração do crédito rural do Banco do Brasil e a volatilidade do crédito imobiliário da Caixa Econômica Federal.

A Câmara dos Deputados recebeu o texto do Acordo da Base de Alcântara em junho. Este viabiliza o acesso dos Estados Unidos à base para o lançamento de espaçonaves e de outros veículos com finalidade militar. A abertura da base brasileira aconteceu no mesmo momento em que a compra da Embraer pela Boeing deu origem à nova empresa Boeing Brasil Commercial e levou ao fim da produção da Embraer em sua planta industrial de São José dos Campos (SP). Uma parte das atividades da empresa será deslocada para as cidades de Gavião Peixoto e Botucatu e outra parte ficará concentrada em Melbourne, na Flórida.

Na área de habitação e construção civil, o governo propôs alterar as faixas de acesso ao programa Minha Casa, Minha Vida, ampliando o crédito para famílias que ganham até nove mil reais. Como nos dois últimos anos o programa sofreu reduções, os especialistas enxergam o risco de que se torne cada vez mais um programa de crédito imobiliário orientado para as classes médias em vez das camadas mais pobres da população. Nesse mesmo mês, segundo levantamento do jornal Valor, as maiores construtoras brasileiras encolheram 85%. A receita líquida das empresas líderes do setor caiu de 71 bilhões de reais em 2015 para dez bilhões de reais em 2018. Isso se deve aos efeitos colaterais da Operação Lava Jato e à falta de investimentos públicos em novos projetos de infraestrutura e de construção civil.

No mês de agosto foram anunciadas as vendas de mais nove empresas estatais: Correios, Telebras, Codesp, Ceagesp, Dataprev, Serpro, ABGF, Emgea e Ceitec. Observou-se o desaguadouro desse conjunto de medidas de desmonte e um estudo realizado pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) indicou que o Brasil tem a terceira maior desindustrialização entre trinta países desde 1970, ficando atrás apenas do Reino Unido e da Austrália. A participação da indústria no Produto Interno Bruto (PIB) do país caiu de 21,4% em 1970 para 12,6% em 2017.

O desmonte do setor de infraestrutura e o enxugamento das empresas estatais também leva à redução dos investimentos. De 2016 a 2019 os investimentos executados pelas empresas públicas caíram de 19,6% para 6,7% dos orçamentos dessas companhias. Não há nenhuma garantia de que esses investimentos serão novamente alavancados pelo setor privado. Prova disso é que, a despeito das privatizações, em 2019 a taxa de investimentos no Brasil chegou a seu menor patamar nos últimos cinquenta anos. Além disso, a venda das estatais afeta o nível de empregos de forma direta e indireta. Em 2018, as privatizações provocaram uma redução direta de

13.434 postos de trabalho. Os efeitos colaterais indiretos são ainda mais nefastos: a diminuição, por exemplo, das encomendas realizadas pelas empresas estatais tem provocado a quase paralisação dos setores de construção civil e engenharia pesada. A queda dos investimentos e do emprego em um cenário econômico já marcado pelo desfalhecimento do crescimento econômico provoca ainda diminuição na arrecadação fiscal, desestímulo do avanço tecnológico em setores onde a ação inovadora das empresas públicas é decisiva, e perda de dinamismo no desenvolvimento regional de locais onde a presença das empresas estatais tem papel fundamental.

A política econômica praticada pelo governo de Jair Bolsonaro nestes primeiros oito meses de mandato caracterizou-se por uma radical adesão ao receituário econômico ultraliberal, bem como pela sua absoluta ineficácia para reanimar a atividade econômica, que segue sem dar mostras da aguardada “recuperação cíclica”.

Em todas as frentes possíveis, o Ministério da Economia comandado por Paulo Guedes tratou de desmontar as políticas de apoio à demanda agregada na esperança de que a reorientação do papel do Estado faria despertar o apetite do investidor privado e, conseqüentemente, a expansão da produção. Uma das mais graves medidas econômicas do governo até aqui, reveladora da miopia econômica que orienta sua equipe, foi a mudança do papel do BNDES. Já em seu segundo presidente, pois Joaquim Levy, que tomou posse em janeiro, foi substituído em junho por Gustavo Montezano, o BNDES contraiu fortemente suas linhas de crédito ao setor privado nacional e passou a priorizar as políticas de apoio aos processos de privatização. A obsessão fiscalista do governo tem forçado o BNDES a devolver recursos para o Tesouro Nacional, limitando sua capacidade de financiamento para que o volume total a ser repassado em 2019 chegue a 126 bilhões de reais.

Por conta dessa orientação política, no acumulado dos primeiros seis meses do ano houve uma contração de 9% no total dos desembolsos realizados pelo banco em relação ao mesmo período do ano passado, que já havia sido baixo, cerca de um terço do total dos registrados em 2014. Mais grave do que isso, tal resultado ainda expressa o fluxo de pagamentos decorrente das operações de crédito contratadas nos anos anteriores. Se consideradas apenas as aprovações de novos financiamentos, a queda em 2019 na comparação com 2018 chega a 39%. Assim, a taxa de investimento em relação ao PIB continua próxima de seu pior patamar histórico, devendo fechar o ano abaixo dos 16%.

Outra política econômica desastrosa do governo Bolsonaro é a fiscal. A despeito da melhora na receita apurada até aqui, o governo insiste na estratégia de ajuste fiscal,

sob o argumento que esta seria uma condição fundamental para a retomada da confiança e, conseqüentemente, para o avanço dos investimentos. Entretanto, como bem demonstram os resultados deficitários das contas públicas dos últimos quatro anos – quando foram adotadas fortes medidas de ajuste fiscal – os cortes de gastos em períodos recessivos ou de fraca atividade econômica são contraproducentes, reduzindo o único componente autônomo da demanda agregada que seria capaz de reverter o quadro de debilidade do consumo e do investimento privado.

Além dessas políticas negativas, outra frente que mereceu grande empenho do governo foi o projeto de reforma da Previdência. Partindo de um diagnóstico tão alarmista quanto falso, pois pesquisas independentes apontaram graves erros nos cálculos do governo cometidos propositalmente, este lançou mão de estratégias como patrocínio em canais de televisão, liberação de recursos extraordinários para emendas parlamentares, oferta de cargos na máquina pública federal, entre outros, para conseguir aprovar na Câmara Federal, com ampla margem de votos (370 x 124), um projeto de reforma que promete reduzir as despesas previdenciárias em cerca de um trilhão de reais em dez anos.

Embora ainda dependa de aprovação no Senado – que deve manter as linhas gerais do projeto aprovado na Câmara –, desde logo ficou demonstrado o engodo da propaganda governamental que insistia na tese de que a aprovação da reforma, mesmo em primeiro estágio, seria uma demonstração robusta do compromisso do governo com a austeridade e que, conseqüentemente, o setor privado reagiria positivamente, dando impulso à retomada cíclica da economia. Ao contrário, não só a atividade continuou estagnada, como também a própria vigência do novo regime previdenciário deverá comprometer as possibilidades de crescimento da produção brasileira daqui para frente.

Conforme demonstrado no documento *De Olho no Governo – Especial Previdência* publicado em abril pela Fundação Perseu Abramo, as reduções nos valores dos benefícios previdenciários e as maiores dificuldades para acesso aos benefícios deverão reduzir o consumo de um grande contingente populacional que direta ou indiretamente depende dos repasses associados à seguridade social brasileira. Como o governo, por viés ideológico, não pretende utilizar esse futuro excedente de recursos para expandir o gasto público, mas apenas para diminuir o tamanho do Estado, nada fará compensar a retração do consumo das famílias de baixa renda, deprimindo ainda mais a demanda agregada.

Somadas à política monetária ainda bastante conservadora do Banco Central, que a

despeito da inflação permanecer abaixo da meta, mantém a taxa básica de juros do país como a oitava mais elevada do mundo, as políticas ultraliberaís implementadas por Bolsonaro e Guedes dão provas de sua inadequação e ineficácia com graves impactos sobre a estrutura produtiva brasileira e as condições de vida da maioria da população.

Na seguridade social, que engloba o sistema público de saúde, assistência social e Previdência Social, o balanço dos últimos oito meses também é de desmonte, a começar pela reforma da Previdência já mencionada, na qual as mudanças nas regras para militares, contidas em projeto de lei, permaneceram paradas em comissão especial da Câmara, e outros privilégios, como os do Judiciário, nem sequer foram tocados.

Na saúde, o governo propôs mudanças na política de saúde mental, como incentivo ao uso da eletroconvulsoterapia e retrocessos na política antimanicomial, por intermédio de mudanças que autorizam internação compulsória para dependentes químicos e a redução da participação social no Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas. Além da abertura desse “mercado” para comunidades terapêuticas – muitas ligadas a igrejas – iniciada no governo Temer, o atual governo criou linhas de crédito bilionárias para essas comunidades terapêuticas. Enquanto isso, o sarampo volta a assustar o país.

Por outro lado, outras medidas, como a distribuição de brinquedos para crianças, aumentaram a perspectiva da assistência social como mero assistencialismo e dependência da caridade ou do “primeiro-damismo”. Chama a atenção também o aumento da presença das Forças Armadas no setor.

O posicionamento do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos nesses primeiros oito meses do governo Bolsonaro apontou para forte violação dos direitos humanos e o descumprimento de regras de participação social.

No início do mandato, o governo determinou por decreto a extinção de mais de cinquenta conselhos e colegiados, além de mudança na estrutura e atribuições de outros. A medida põe em risco o funcionamento de órgãos que tratam de temas como trabalho escravo, combate à discriminação de LGBTQI+, política indigenista, entre outros.

O Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) não foi extinto, mas passou a sofrer forte oposição e censura do governo, que inclusive bloqueou o acesso de seu corpo funcional à ferramenta de atualização do portal. Diversas orientações feitas pelo órgão no período foram ignoradas pelo governo.

Com a chegada de militares patrocinada por Bolsonaro, a Comissão de Anistia anunciou que vai revisar milhares de anistias políticas já concedidas. Foram incorporadas na Comissão pessoas favoráveis à ditadura militar brasileira e não foram poucas as

manifestações do governo em favor dela. O presidente também recomendou que o golpe de 1964 fosse celebrado e afrontou a memória de militantes políticos torturados e mortos na ditadura, como Fernando Santa Cruz, pai do atual presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e a jornalista Miriam Leitão.

Na gestão de oportunidades ocupacionais e renda, as medidas governamentais apontaram para duas grandes frentes: a primeira é legislativa e a segunda é a entrega total do assunto para os dissabores do mercado. Na frente legislativa, além da reforma da Previdência, o Brasil também assistiu à tramitação da chamada MP da Liberdade Econômica. Ambas reduzem direitos, diminuem drasticamente o papel do Estado como regulador e indutor do mercado de trabalho e tentam isolar os sindicatos do processo.

Na segunda frente de atuação, entregue ao mercado, o governo comemora números preocupantes. Os resultados da reforma trabalhista de Temer já se apresentam na dinâmica do mercado de trabalho e a legislação sobre a “liberdade econômica” inclui novos ataques aos direitos trabalhistas. Os poucos movimentos de criação de oportunidades ocupacionais não são derivados de políticas públicas ou de iniciativas econômicas do governo, mas decorrem fundamentalmente de oportunidades dos novos modelos de contratação com baixo perfil formal e de proteção social. Os números do desemprego continuam muito altos, e o mercado de trabalho parece ser incapaz de reagir à crise econômica.

O governo federal é palco, desde o começo do ano, de uma disputa ideológica na área da educação, tanto no interior do Ministério da Educação (MEC), quanto no exterior com a própria oposição. Pautas como a Escola Sem Partido, a educação domiciliar, o ensino religioso, as escolas militares, o combate à chamada ideologia de gênero e à suposta doutrinação foram destaque. Os ataques incluíram envio de cartas e e-mails às escolas com orientações e ameaças veladas e na indicação de interventores para universidades federais.

Os cortes orçamentários durante esses oito meses, que ultrapassaram seis bilhões de reais, atingiram também a educação básica, anunciada como prioridade da gestão. Os cortes demonstram a tentativa de precarização e privatização das universidades federais, especialmente por intermédio do programa “Future-se”, carro-chefe da pasta.

Reflexo também da PEC do Teto dos Gastos, aprovado no governo Temer, os cortes atingem inclusive bolsas concedidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que estão sendo cortadas.

O Ministério da Educação foi palco de rápidas trocas de comando com a exoneração do primeiro titular, Ricardo Vélez, que havia prometido uma devassa no ministério e seus contratos e do ex-presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), que tentou cancelar a prova do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

DIMENSÃO AMBIENTAL, AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Os primeiros oito meses do governo Bolsonaro são marcados pela maior retomada de desmatamentos dos biomas brasileiros e violência contra a população indígena desde o início do atual período democrático brasileiro.

A média de desmatamento até agosto deste ano foi 91% superior ao mesmo período de 2018, que já havia apresentado crescimento de 8% em relação a 2017. No entanto, em consequência da consolidação das práticas ambientais do novo governo, estes índices superaram 200% de crescimento em julho e agosto. O número de focos de queimadas também aumentou em 2019, cerca de 82% em relação a 2018. Muitos indígenas tiveram suas terras invadidas, sofreram violências e assassinatos como o do cacique Emyra Waiãpi no Amapá.

Apesar desses fatos, e ao invés de repensar sua política ambiental, o governo passou a criticar a metodologia de mensuração do desmatamento já consolidada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), reconhecida e premiada internacionalmente. Em troca, o Ministério do Meio Ambiente prevê a contratação de um sistema de monitoramento privado de uma empresa estadunidense, abandonando todo o acúmulo da instituição brasileira.

O aumento do desmatamento e a extinção de conselhos que faziam a gestão dos recursos do Fundo Amazônia levaram a Noruega e Alemanha a suspender as transferências de recursos para o fundo. Como ambos eram responsáveis por 99,5% desses recursos, dezenas de projetos de preservação da Amazônia foram interrompidos.

Outra medida que agora ameaça o campo é a proposta de devolver aos fazendeiros as terras da reforma agrária, por meio de mutirões com ex-proprietários que questionam as desapropriações de suas antigas terras. A medida ameaça dismantlar a já frágil política de reforma agrária, além de aumentar os conflitos no campo e contrariar a legislação vigente, já que pretende renegociar áreas classificadas como improdutivas e desapropriadas. A tarefa ficará a cargo do secretário de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Luiz Antônio Nabhan Garcia, que também é agropecuarista da região do Pontal do Paranapanema e presidente licenciado da União Democrática Ruralista (UDR), entidade reconhecida pela sua postura de enfrentamento violento a movimentos de trabalhadores rurais pela terra e aos projetos de lei a favor da reforma agrária.

Um fator que já prenunciava estes maus tempos para o meio ambiente brasileiro ocorreu logo no início do ano, com a medida provisória que implantou a reforma ministerial que deslocou a Fundação Nacional do Índio (Funai) e sua função de de-

marcação de terras indígenas, e a reforma agrária, para o Ministério da Agricultura, submetendo os assentados e os povos tradicionais aos interesses do agronegócio. Em maio, a Câmara dos Deputados devolveu a entidade, com todas as suas funções, para o Ministério da Justiça, e em agosto o STF ratificou tal decisão.

No Ministério do Meio Ambiente a área responsável pelas mudanças climáticas foi praticamente extinta e as de serviços florestais e recursos hídricos foram desestruturadas.

Um fator que influenciou fortemente essa postura ambiental do atual governo foi a consolidação dos ruralistas como grupo de interesse do governo, o que demanda apoios e subsídios para o aumento de sua produção agrícola a qualquer custo. Ao favorecê-los, o governo Bolsonaro comprometeu, além da preservação do meio ambiente, a demarcação de terras indígenas, a titulação de quilombolas e a agricultura familiar de produtos orgânicos como alternativa à produção de alimentos transgênicos ou com uso excessivo de agrotóxicos. Só até agosto deste ano, 262 novos agrotóxicos foram liberados. Essa influência é personificada nas figuras da ministra da Agricultura, Tereza Cristina, conhecida há anos como a “musa do veneno”, por sua defesa fervorosa dos agrotóxicos, e do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, condenado por improbidade administrativa ao burlar legislações ambientais, bem como pelo grande número de ruralistas nos segundo e terceiro escalões do governo.

Os discursos permissivos e estimuladores de contravenções ambientais de Bolsonaro também causaram grande estrago ao meio ambiente, atuando como uma permissão informal para que fazendeiros, grileiros, garimpeiros e madeireiros avançassem de forma ilegal sobre áreas protegidas na Amazônia legal.

No entanto, estas mesmas práticas e discursos estão atuando contra o próprio governo nos últimos meses. A violência contra os biomas brasileiros, especialmente a Amazônia e seus povos autóctones, e a desrespeitosa diplomacia do presidente, escancararam para o mundo a desastrosa política ambiental do país, pondo em risco, inclusive, a ratificação do acordo comercial Mercosul-União Europeia. Países como França, Irlanda, Alemanha, Áustria, entre outros, declararam que não assinarão o acordo se o Brasil não mudar tais práticas.

Multinacionais estrangeiras já começaram a boicotar o país. Na última semana de agosto, o Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil (CICB) divulgou que mais de dezoito marcas internacionais suspenderam a aquisição de couro brasileiro, com a justificativa explícita de que muitas notícias relacionavam as queimadas na região amazônica ao agronegócio do país. Analistas do mercado financeiro apontam que

a demora para a retomada dos investimentos estrangeiros no país se deve, além do baixo crescimento da economia brasileira, aos abalos na imagem brasileira por conta das queimadas na Amazônia.

Frente à suspensão do Fundo Amazônia, muitos municípios e estados da região Norte estão atuando para captar recursos internacionais diretamente com países europeus. Alguns já conseguiram firmar parcerias, como o Pará, com o banco de desenvolvimento alemão KfW, mas esses recursos ainda são significativamente inferiores aos que eram repassados pelo Fundo Amazônia. Em consequência, os governadores da região se reuniram com Bolsonaro em agosto para cobrar soluções, mas, na prática, saíram de mãos abanando.

O Nordeste, por sua vez, está evoluindo no conceito de consórcio, compras coletivas já estão sendo feitas e há movimentos para captação direta de recursos internacionais para diminuir as desigualdades sociais e construir políticas públicas que promovam direitos sociais, se contrapondo às políticas neoliberais do governo federal.

Outra questão que aflige os estados da federação brasileira são as dívidas. Já são sete os estados que se encontram oficialmente em situação de calamidade financeira, algo que ocorre quando as dívidas ultrapassam 200% das receitas. São eles Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso, Rio Grande do Norte e Roraima. No entanto, muitos outros também estão com dificuldades para manter seu custeio, sanar dívidas e manter o serviço público prestado. No primeiro trimestre do ano, a solução apontada pelo Executivo circulou entre privatizações, reformas previdenciárias e imposição de teto de gastos aos estados. Em 2017, o governo Temer também impôs medidas restritivas que se mostraram ineficazes, com aumento da dívida líquida em 20,2%. Todavia, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, negociou com os governadores ajuda aos estados por meio da prorrogação do prazo para quitação de precatórios e do aumento substancial na transferência de recursos da Lei Kandir já em 2019, em troca de apoio à reforma da Previdência.

Já no segundo trimestre, frente à manutenção das dificuldades de caixa, prefeitos e governadores também buscaram demandar recursos por meio da distribuição de parte dos fundos a serem arrecadados com o bônus de assinatura no leilão do excedente do pré-sal. A ampliação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em 1% ainda é outra aposta de prefeitos.

EXPEDIENTE

De Olho no Governo é um boletim de monitoramento de políticas públicas publicado pela Fundação Perseu Abramo. Diretoria Executiva: Marcio Pochmann (presidente), Isabel dos Anjos Leandro, Rosana Ramos, Artur Henrique da Silva Santos e Joaquim Soriano (diretoras/es). Equipe editorial: Alexandre Guerra; Ana Luíza Matos de Oliveira; António Carlos Carvalho; Eduardo Tadeu Pereira; Fernanda Estima; Isaías Dalle; Kjeld Jakobsen; Jordana Dias Pereira; Luana Forlini; Marcelo Manzano; Matheus Toledo; Paulo C. Ramos; Pedro Simon Camarão; Ronnie Aldrin Silva; Rose Silva; Sérgio Honório; Victoria Braga; Vilma Bokany; William Nozaki. Editoração eletrônica: Camila Roma.



F U N D A Ç Ã O

Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores

Rua Francisco Cruz, 234 - 04117-091

Vila Mariana - São Paulo - SP

www.fpabramo.org.br